



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude - CAOPIJ

Ofício nº 009/2021 – CAOP-IJ

Recife, 27 de julho de 2021.

Excelentíssimo(a)s Senhore(a)s Promotore(a)s,

Cumprimentando-os, o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude informa o passo a passo para acessar o SIPIA - Sistema de Informação para Infância e Adolescência (ferramenta nacional de registro e tratamento de informação sobre a promoção e defesa dos direitos fundamentais insertos no Estatuto da Criança e do Adolescente).

Ressalta, por oportuno, que existem alguns módulos de acesso, dentre eles: o SIPIA – CONSELHO TUTELAR (Promoção e defesa dos direitos fundamentais definidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. As informações são coletadas pelos Conselhos Tutelares, de acordo com as ocorrências atendidas no município) e o SIPIA – SINASE - Sistema Nacional de Acompanhamento de Medidas Socioeducativas - (um banco único de dados referentes a adolescentes em conflito com a lei em cumprimento de medidas socioeducativas).

Estão sendo realizadas oficinas regionalizadas de treinamento do SIPIA – CONSELHO TUTELAR, cujo cronograma será oportunamente divulgado, havendo necessidade urgente de uma otimização junto à rede para cadastramento no sistema e, no período fixado dentro do cronograma, a habilitação à capacitação de um representante local, de modo que seja o replicador do conteúdo assimilado junto aos demais integrantes da rede.

Primeiramente cada usuário deve solicitar, pessoalmente, o seu acesso enviando a documentação (RG; CPF e termo de posse. No caso do requerente ser o Promotor de Justiça - a identidade funcional supre o termo de posse) diretamente pelo sistema, percorrendo os seguintes trâmites:

- Acesse o portal do SIPIA da internet: www.sipia.gov.br;
- Clique no banner do SIPIA Conselho Tutelar do ambiente de produção.
- Anexe, nos campos indicados, as imagens do RG ou qualquer documento de identidade (frente e verso), do CPF e do documento de designação na função que ocupa - pode ser o termo de posse, decreto ou portaria, da Prefeitura Municipal ou do governo do Distrito Federal; ou diploma, resolução ou ata de assembleia do Conselho Municipal ou Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- A sua solicitação será avaliada pela coordenação técnica estadual do SIPIA e uma senha provisória será enviada automaticamente pelo sistema para o e-mail informado no formulário eletrônico;
- A chave de acesso é o número do CPF. De posse da senha, acesse o sistema pelo www.sipia.gov.br, banner do SIPIA Conselho Tutelar do ambiente de produção. Digite o CPF no campo 'Usuário'. Você será solicitado(a) a alterar a senha provisória no primeiro acesso;
- Após salvar essa alteração, o sistema direciona para a página principal e o usuário já pode navegar no ambiente desejado do sistema!

Por fim, é de se destacar que o referido sistema é uma importante ferramenta de integração entre Ministério Público, Varas da Infância e Juventude, instituições executoras de medidas socioeducativas, CREAS e demais órgãos das esferas municipal, estadual e federal.

Atenciosamente,

Luiz Guilherme da Fonseca Lapenda
Promotor de Justiça
Coordenador do CAOPIJ-MPPE